

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER Nº 058/2024

PROCESSO Nº 51-2024

APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA.
CONTRATAÇÃO DIRETA PARA
APRESENTAÇÃO DO SHOW MUSICAL
DA BANDA OBRA DE DEUS – OPUS
DEI, NO DIA 29/02/2024.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO
ARTIGO 74, II DA LEI FEDERAL Nº
14.133/21.

A Secretaria da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria Jurídica, pedido de Parecer referente ao Processo nº 51/2023 objetivando a contratação da Banda Obra de Deus – Opus Dei, para apresentação de show musical, no dia 29/02/2024, em comemoração alusiva ao 69º aniversário do Município. Conforme solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD.

O pedido de contratação foi apresentado pela SECTD por meio do DFD nº 12/2024, datado de 02/02/2024. Com o mencionado DFD, foi juntada a proposta de contratação, fornecida pela própria banda, inscrita no CNPJ nº 03.703.770/0001-99, com sede na cidade de Campo Novo - RS, constando também Comprovação de Inscrição e Situação Cadastral, Ata de fundação da

Banda, Certidão Pública de alteração da Diretoria e certidões negativas. Assim, trata-se de contratação direta de profissional do setor artístico.

Segundo informação prestada pela Secretaria da Fazenda, existe dotação orçamentária para contratação da apresentação, na Ação 2010 (Festividades e Eventos do Município), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 2 (Recurso Livre exceto impostos).

O valor total da contratação será de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

A Assessoria Jurídica, na esteira da legislação sobre o assunto, responde à questão.

A banda a ser contratada possui renome nacional, alcançando prestígio e reconhecido pelo público, estando dentro dos propósitos da comemoração do 69º aniversário do Município de Ibirubá, atividade com histórico de apresentações de sucesso junto à comunidade local e regional.

Pelas características da banda a ser contratada, a forma de contratação e o valor de orçamento para a realização do show artístico, entende esta Assessoria que configura a hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** prevista no artigo 74, II, da Lei Federal nº 14.133/21, a seguir transcrito:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Da leitura do dispositivo, pode-se depreender a existência de três pressupostos legais para a regularidade da inexigibilidade de licitação no caso de contratação de artistas, a saber:

- Que o serviço seja de um artista profissional;
- Que a contratação seja realizada diretamente ou mediante empresário exclusivo;
- Que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

No presente caso, pelos documentos acostados aos autos, verifica-se que estão atendidos tais requisitos, uma vez que a banda, possui reconhecimento público e no meio artístico e, ainda, que a contratação se dará diretamente com a banda, conforme documentos dos autos, além de que o valor a ser adimplido pelo município está na média dos valores cobrados pela banda em outras apresentações similares.

Sobre a questão, assim dispôs o Tribunal de Contas da União:

"...Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contratava para evento de mesmo porte ..." (Processo Nº 019.378/2003-9. Acórdão nº 819/2005 – Plenário. Relator: Ministro Marcos Bemquerer. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2005)

Quanto à regularidade fiscal, se verifica, pelos documentos anexados aos autos, que a empresa se encontra em situação regular, não apresentando nenhum impedimento para a contratação.

Neste sentido, esta Assessoria entende ser viável a contratação do show.

Este, salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 09 de fevereiro de 2024.


Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756